

“Entre Jaguarão e Tacuarembó”

Os charqueadores de Pelotas (RS) e os seus interesses políticos e econômicos na região da campanha rio-grandense e no norte do Uruguai (c. 1840- c. 1870)

Jonas Moreira Vargas ¹

Resumo: O presente artigo analisa os investimentos realizados pelos charqueadores de Pelotas em propriedades rurais tanto da região da campanha sul-rio-grandense, quanto da campanha uruguaia, o norte do rio Negro. Tal expansão agrária foi fruto de uma grande acumulação de capital nas décadas de 1850 e 1860, período caracterizado por altos índices de exportação do charque rio-grandense e por intervenções militares em Montevideu (1851 e 1864). Defende-se que o acúmulo de riqueza, a expansão agrária, a guerra, a diplomacia e a política fizeram parte de um mesmo projeto onde charqueadores de Pelotas e estancieiros sul-rio-grandenses buscavam se beneficiar dos rebanhos de gado uruguaios e ao mesmo tempo vencer a concorrência contra os saladeros platinos.

Palavras-chave: Fronteira – Charqueadas – Uruguai – Brasil

Abstract: This article analyzes the investments made by charqueadores Pelotas in both rural properties in the region Campaign South Rio Grande, as the campaign Uruguayan, north of the Rio Negro. Such agrarian expansion was the result of a large accumulation of capital in the 1850s and 1860s, a period characterized by high rates of export of beef jerky and military interventions in Montevideo (1851 and 1864). It is argued that the accumulation of wealth, agricultural expansion, war, diplomacy and politics were part of the same project where charqueadores Pelotas and ranchers from Rio Grande to benefit from the herds of cattle Uruguayans while winning competition against saladeros.

Ao longo de todo o século XIX, o charque e os couros foram os principais produtos da pauta de exportação da província do Rio Grande do Sul. Somados ao sebo, à graxa e aos chifres – bens igualmente produzidos nas charqueadas – eles chegaram a atingir 85% das exportações no período. Bastante estimado entre as populações pobres das grandes cidades litorâneas, o charque era principalmente consumido pelos trabalhadores cativos das *plantations* do sudeste e do nordeste do Brasil. Segundo João Fragoso, estas se apresentavam como o principal centro de demanda de alimentos do Império. Por volta de 1830, por exemplo, cerca de ¼ das despesas das grandes plantações cafeicultoras do vale do Paraíba do Sul se constituía em gêneros para os escravos. No século XVIII, nas plantações beneditinas da Bahia, tal índice chegou a 30% dos gastos efetuados pelas mesmas.² No Rio Grande do Sul, as primeiras charqueadas instaladas nos fins do século XVIII surgiram da necessidade de suprir esta crescente demanda. Na realidade, elas foram fruto de investimentos de comerciantes que viram uma oportunidade de preencher um espaço aberto com a

¹ Graduado (2004), Mestre em História pela UFRGS (2007) e Doutor em História pela UFRJ (2013).

² FRAGOSO, João L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998, p. 180.

crise da produção de carne salgada no nordeste do Brasil, ocasionada pelas duras secas que afetaram aquela região.³

O número de charqueadores em Pelotas era bem inferior ao número de estancieiros. Enquanto aqueles nunca ultrapassaram o número de 40 empresas funcionando ao mesmo tempo, os criadores de gado espalhavam-se pela vasta região da campanha, na fronteira sudoeste e oeste da província, formando uma população de centenas de pequenos, médios e grandes proprietários. No entanto, todo o gado criado no território rio-grandense não era suficiente para saciar a demanda das charqueadas da província. Neste sentido, a alternativa mais rentável era ampliar a sua busca até o mercado de gados do Estado Oriental. Contudo, os países platinos também possuíam sua indústria saladeril e sua economia necessitava do gado gordo tanto quanto os rio-grandenses. A disputa por terras e rebanhos, numa fronteira ainda não muito bem definida, marcou toda a primeira metade do século XIX. Pode-se dizer que o complexo charqueador pelotense manteve-se vivo durante muito tempo graças ao gado uruguaio, roubado, comprado ou criado pelos rio-grandenses que possuíam estâncias neste país.

Portanto, os charqueadores de Pelotas possuíam um interesse direto no espaço agrário de ambos os lados da fronteira e dos contínuos conflitos entre uruguaios e brasileiros que caracterizou a região no meado do século XIX. Neste sentido, o presente artigo busca investigar a importância destas propriedades (tanto brasileiras quanto uruguaias) na constituição do patrimônio material dos charqueadores de Pelotas e que consequências políticas e econômicas esta relação desencadeou. A preocupação destes empresários escravistas pode ser simplificada em três pontos: a) manter o contínuo fluxo de tropas de gado do território uruguaio para as charqueadas; b) defender o que entendiam como seu direito de propriedade no território uruguaio (o que incluía terras, escravos e rebanhos); c) garantir a sua proeminência diante da forte concorrência contra os saladeros de Montevideú, Entre Rios e Buenos Aires nos mercados atlânticos. A livre concorrência esteve longe de servir como suporte para esta disputa, sendo a guerra, política parlamentar e a diplomacia os mecanismos mais utilizados para garantir a permanência do complexo charqueador-escravista pelotense.⁴

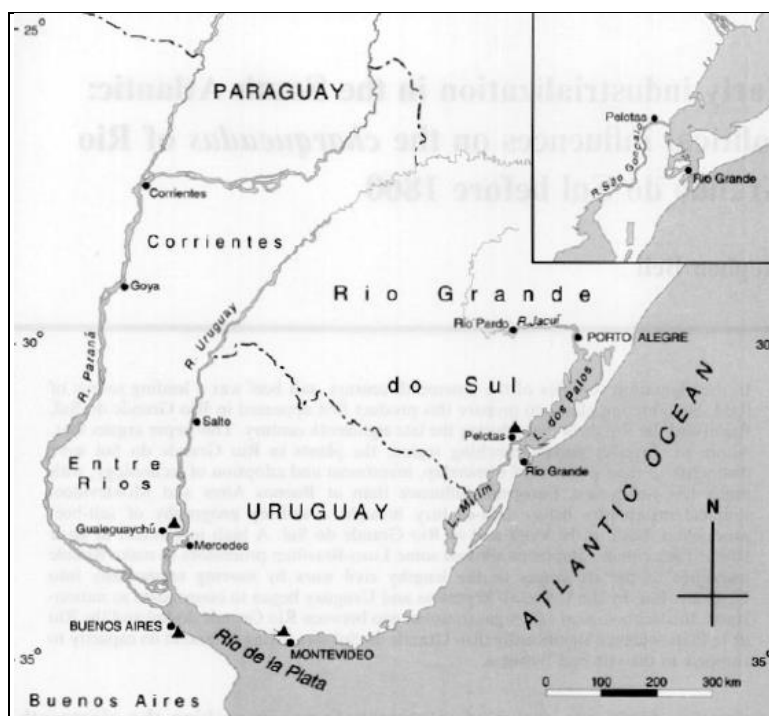
³ OSÓRIO, Helen. **O império português no sul da fronteira: estancieiros, lavradores e comerciantes**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

⁴ Para uma análise mais aprofundada de todo o processo aqui analisado ver VARGAS, Jonas Moreira. **“Pelas margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

O complexo charqueador pelotense e a concentração do patrimônio agrário

Concentrando milhares de escravos e abatendo milhões de cabeças de gado, Pelotas destacou-se como o principal complexo charqueador da Província. Próxima à Jaguarão, que fazia fronteira com o Departamento de Cerro Largo (Uruguai), Pelotas tinha acesso ao Atlântico através do porto marítimo da cidade vizinha de Rio Grande (Mapa 1). Ao longo do século XIX, o número de charqueadas que existiram, não ao mesmo tempo, nas margens dos rios Pelotas e São Gonçalo, foi de 43 estabelecimentos. Se em 1822, havia 22 charqueadas na região, em 1850, este número atingiu a casa dos 30, em 1873, chegou aos 35 e em 1880, 38. As 11 charqueadas de 1900⁵ indicam que o declínio do setor coincidiu com a abolição da escravidão (1888) e queda da própria monarquia (1889).

Mapa 1 – Pelotas no espaço fronteiriço entre Brasil e Uruguai (século XIX)



Fonte: BELL, Stephen. Early industrialization in the South Atlantic: political influences on the charqueadas of Rio Grande do Sul before 1860. In: *Journal of Historical Geography*, 19, 4 (1993), p. 400.

Os charqueadores pelotenses investiam seus capitais na compra de estâncias e campos de criação na fronteira por conta das melhores condições de se praticar uma pecuária extensiva e dos melhores pastos utilizados na engorda do gado. Pelotas possuía campos de criação, mas em

⁵ Estes dados foram apontados por MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque*. Porto Alegre: Edigal, 1987.

quantidade e qualidade muito inferior. Disto resulta um traço bastante singular na sociedade pelotense. A sua elite agrário-pecuarista, ou seja, aqueles que concentravam grandes propriedades de terra e gados, possuíam parte significativa de seus bens fora do município ou do próprio país. Mais ricos que o restante da população pelotense, eles apresentavam melhores condições de inverter seus capitais em propriedades mais distantes. Pude constatar isto a partir da análise de uma amostra de inventários *post-mortem* entre 1850 e 1890, cujos dados analiso abaixo.⁶

Começo por uma análise geral a respeito da presença dos bens agrários nos patrimônios inventariados. A partir da Tabela 1 é possível verificar que os imóveis rurais sempre compuseram a maior parcela dos bens avaliados, atingindo uma média de quase 40% do total. Somados os valores dos imóveis rurais aos dos escravos e dos animais, e excetuando o ano de 1890 (quando a escravidão já havia sido abolida), percebe-se que em nenhum dos períodos destacados estes três bens compuseram menos de 49%. Ou seja, a economia pelotense estava assentada sobre uma notável estrutura agrária.⁷ As maiores propriedades rurais estavam concentradas nas mãos de poucas pessoas. Somando o total dos valores investidos em imóveis rurais, chega-se à quantia de 391.871£ (sendo que 94.247£ eram em estâncias e campos no Uruguai, ou seja, 24% do total).⁸ Levando-se em conta que dos 142 inventários que possuíam imóveis rurais entre seus bens somente 8 tiveram terras avaliadas no Uruguai, já é possível perceber, comparando os montantes discriminados, o quão valorizados tornaram-se (na segunda metade do século) os campos localizados no território uruguaio.

A Tabela 1 também revela que entre 1850 e 1890, o valor investido em imóveis urbanos mais do que dobrou, assim como os percentuais em ações, que aumentaram mais ainda. Tais evidências indicam que estava ocorrendo um processo de urbanização e desenvolvimento das atividades econômicas na cidade, num período em que as práticas capitalistas vinham se disseminando cada vez mais no interior da sociedade analisada, além da valorização dos imóveis na urbe. Dentre estes moradores do espaço urbano estavam muitos charqueadores que, apesar de

⁶ Um intervalo de 5 em 5 anos, entre 1850 e 1890. Esta triagem resultou num corpo documental de 302 processos. Entretanto, muitos não tiveram prosseguimento ou não apresentaram a avaliação dos bens de forma completa, restando 256 documentos. Esta documentação está sob a guarda do Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul – APERS.

⁷ Algumas pesquisas vêm demonstrando que após a Lei de Terras, em 1850, o preço das mesmas sofreu uma grande valorização, o que acaba por se refletir na composição das fortunas dos inventariados. Ver, por exemplo, GARCIA, Graciela. **O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, 2005. O mesmo serve para os escravos que também tiveram seus valores aumentados durante as décadas de 1850 e 1860 (VARGAS, Jonas. Op. cit.).

⁸ Todos os valores aqui analisados foram convertidos de mil réis para libras esterlinas (moeda mais estável no tempo) para favorecer a comparação de períodos distintos. A tabela de conversão utilizada foi a de MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982, Anexos.

possuírem parte considerável de seus bens no espaço agrário, residiam em seus sobrados na cidade.⁹

Tabela 1 – Perfil do patrimônio inventariado em Pelotas (1850-1890) – (%)

	Imóveis rurais	Imóveis urbanos	Dinheiro	Dívidas ativas	Ações	Escravos	Animais	Jóias	Dívidas Passivas	Total Inventár
1850/55	40,5	11,8	11,6	19,5	0,7	7,9	6,4	0,05	0,8	25
1860/65	30,0	10,5	12,4	9,4	0,4	20,5	9,0	0,3	4,4	41
1870/75	32,4	21,1	6,0	14,4	1,9	10,3	11,1	0,2	2,5	65
1880/85	36,7	22,2	8,6	9,4	6,7	4,5	8,2	0,02	16,6	70
1890	40,3	26,5	7,2	12,1	6,1	-	0,9	0,1	10,2	55

Fonte: Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS)

A mencionada riqueza fundiária estava concentrada nas mãos de poucas famílias. Os 10 maiores investimentos econômicos em propriedades rurais (excluindo as propriedades localizadas no Uruguai, pois devido ao seu alto valor elas distorcem o cálculo) somavam 199.847 £, de um total de 297.624 £. Ou seja, 10 inventários (7% dos 142 inventários com propriedades rurais) detinham 67% dos valores investidos em imóveis rurais! Tratava-se de uma concentração fundiária bastante alta. Entre os 10 inventariantes mencionados, estão 6 charqueadores, 2 filhos de charqueadores e 1 genro de charqueador. Três deles possuíam propriedades somente em Pelotas e 7 tanto em Pelotas, quanto em municípios vizinhos. Outros 3 também detinham estâncias no Uruguai. Ou seja, os charqueadores pelotenses e seus parentes, ocupavam o topo da hierarquia social local e investiam grandes quantias de capital em estâncias da fronteira, tanto do lado brasileiro, quanto do lado oriental.

Mas esta concentração não acaba por aqui. Associados às estâncias de criação, estavam os rebanhos de gado *vacum*, matéria-prima fundamental no abastecimento das charqueadas. Nos 52 inventários cuja quantidade de reses de criar foram arroladas, ou seja, 20,3% dos totais inventariados, tem-se 103.191 animais. Assim como os outros bens até agora descritos, a maioria do gado também estava nas mãos de poucas pessoas. A análise da Tabela 2 demonstra que 4 indivíduos, ou 7,7% dos inventários proprietários de reses de criar, possuíam 50% do total dos rebanhos inventariados. Aumentando-se o recorte analítico para os 10 maiores criadores, verifica-se que os mesmos possuíam mais de 90% dos animais. Entre os 10 maiores criadores de gado estavam 5 charqueadores.

⁹ Para uma análise mais aprofundada destes dados ver VARGAS, Jonas. Op. cit.

Tabela 2 – Concentração dos rebanhos vacuns nos inventários e posse de fazendas fora de Pelotas

Tamanho do rebanho	Inventários	%	Reses	%	Prop. outros municípios	Prop. no Uruguai
+ de 10.001 reses	4	7,7	51.536	50,0	100,0%	100,0%
5.001 a 10.000 reses	6	11,5	41.402	40,1	66,6%	33,3%
2.001 a 5.000 reses	1	1,9	2.552	2,4	-	-
1.001 a 2.000 reses	2	3,9	3.500	3,5	50,0%	-
501 a 1.000 reses	2	3,9	1.430	1,3	50,0%	-
101 a 500 reses	11	21,1	1.938	1,8	27,2%	-
Até 100 reses	26	50,0	833	0,9	15,3%	-
Total	52	100%	103.191	100%	-	-

Fonte: Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS)

A Tabela 2 também demonstra que os maiores proprietários de gado também eram donos de estâncias fora do município de Pelotas e que somente os maiores criadores possuíam estâncias no Uruguai. Portanto, como já foi dito, apesar de Pelotas possuir importantes propriedades rurais, elas não apresentavam as dimensões e a qualidade das que formavam a paisagem agrária da fronteira sudoeste da Província, na região da campanha. Estas grandes estâncias da fronteira constituíam-se no espaço socioeconômico privilegiado para a criação do gado abatido nas charqueadas pelotenses. O mesmo vale para as terras do norte do Uruguai, cujas pastagens eram ainda melhores e também despertavam a cobiça dos grandes proprietários rio-grandenses.

Portanto, o acesso às grandes propriedades rurais tanto da campanha oriental, quanto da campanha rio-grandense, foram estruturais na obtenção de riqueza e favoreceram a ascensão à posição superior na hierarquia socioeconômica pelotense no período em que os inventários foram pesquisados (1850-1890). Como foi demonstrado, o topo desta pirâmide foi ocupado pelos charqueadores e seus parentes. Eles eram os mais ricos e os donos dos maiores plantéis de escravos (média de 65 escravos, sendo que alguns possuíam mais de 100 cativos). No entanto, para compreendermos melhor o processo de constituição destes patrimônios é necessário recuar um pouco no tempo e verificar em que momento os charqueadores de Pelotas passaram a investir nestas propriedades.

Os charqueadores pelotenses, a expansão agrária e os investimentos de capital na fronteira oriental

A economia charqueadora de Pelotas dependeu, desde seus primeiros anos, de uma contínua oferta de gado bovino. Tais tropas de animais provinham tanto das estâncias do sudoeste do Rio Grande do Sul – na região da campanha –, quanto das propriedades do outro lado da fronteira, ao norte do rio Negro. Estas últimas possuíam uma melhor qualidade de pastos e eram

ideais para a engorda do gado, despertando o interesse dos proprietários luso-brasileiros. As investidas em direção àquelas terras remontava ao início do século, quando o projeto expansionista luso-brasileiro foi posto em prática a partir de intervenções militares no território oriental. Estas investidas, associadas ao conflituoso processo de separação da Banda Oriental com a Coroa Espanhola, entre outros fatores, acabaram por favorecer a anexação da região ao Império português.¹⁰

A região ocupada foi denominada Província Cisplatina e a sua paisagem agrária passou a ser gradualmente apropriada por grandes lavras rio-grandenses que se estabeleciam com estâncias de criação de gado. Estima-se que mais de 2 milhões de reses foram trazidas do Uruguai para o Rio Grande do Sul, durante a ocupação da Cisplatina. Acompanhando os dados compilados por Alvarino Marques, é possível ver o impacto desta entrada de animais na paisagem agrária rio-grandense. Em 1787, a capitania contava com 651.619 reses, e em 1811 ela possuía cerca de 1.298 milhões de cabeças de gado *vacum*, ou seja, praticamente o dobro. Entretanto, o período que antecedeu a anexação da Cisplatina (1820-1828), representou um aumento nunca antes visto. Em 1822, por exemplo, este índice havia mais que triplicado, chegando a 5 milhões.¹¹ Foi o maior salto no período, o que ampliou a oferta de gado barato na província e favoreceu o desenvolvimento do complexo charqueador em Pelotas, nas primeiras três décadas do século XIX.

No entanto, de acordo com Eliane Zabiella, o avanço brasileiro sobre as terras uruguaias durante a Guerra Grande (1838-1851) foi maior que em qualquer outra época. Durante o mencionado conflito, o preço das propriedades declinou, custando 0,60 centésimos de peso por hectare, o que animou os compradores. Somadas às buscas de gado na época da Cisplatina, este avanço do capital rio-grandense sobre as terras orientais arruinou a antiga classe latifundiária uruguiaia ao quase destruir a pecuária e a sua indústria saladeril. Em 1850, os brasileiros possuíam 428 estâncias no norte do Uruguai, do qual só eram conhecidas as dimensões e o número de cabeças de gado de 191 delas. Estas ocupavam uma superfície de 693 léguas quadradas com 914.000 cabeças de gado *vacum*. Zabiella estima, a partir de alguns cálculos e considerações, a possibilidade de que cerca de 2 milhões de reses tenham existido ao mesmo tempo em todos

¹⁰ Para uma análise dos projetos que se sucederam ao processo de independência no Uruguai e também na sua relação com o Império luso-brasileiro ver FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coord.). **Nuevas miradas en torno al artiguismo**. Montevideu: Dpto. de Publicaciones de la FHCE, 2001; OSÓRIO, Helen. *A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos*. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília, Ano 6, 2007, p. 3-32; MIRANDA, Márcia Eckert. **A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

¹¹ MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódios do Ciclo do Charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987, p. 55.

aqueles campos pertencentes aos rio-grandenses.¹² Em 1860, os brasileiros representavam 11% da população total do Uruguai¹³ e ocupavam cerca de 30% do território deste país. Portanto, pode-se dizer que, em meados do século, aquela região era praticamente um apêndice econômico e social dos estancieiros rio-grandenses.¹⁴

Os charqueadores pelotenses não foram indiferentes a esta expansão. Aliás, o crescente investimento nos imóveis rurais uruguaios tinha como estímulo maior a existência dos mercados de gado que direcionavam os rebanhos tanto para as charqueadas rio-grandenses quanto para os saladeros platinos. Como já foi dito anteriormente, anualmente, a cada safra, estes estabelecimentos necessitavam de um contínuo fluxo de gado. No caso dos charqueadores pelotenses, nem todos conseguiram investir seus capitais na compra de estâncias nas campanhas rio-grandense e uruguiaia. Analisando, desta vez, somente os inventários de charqueadores foi possível verificar que somente uma pequena parcela, notadamente os mais ricos, teve condições de investir em tais bens.

De 78 inventários *post-mortem* de charqueadores pelotenses abertos entre 1810 e 1900, somente 11 possuíam estâncias no Uruguai e 16 na região da campanha rio-grandense (sendo que 1 charqueador possuía estâncias em ambas). Tratava-se de um grupo privilegiado de 26 charqueadores que estavam ou entre os mais ricos do grupo ou entre os de fortuna intermediária. No outro extremo, os charqueadores menos ricos ou de fortuna mais modesta possuíam somente a charqueada e, em alguns casos, alguns terrenos, datas de matos ou chácaras dentro de Pelotas. Portanto, nem todos eram grandes criadores de gado. Dos 78 charqueadores inventariados, somente 16 (20,5%) possuíam rebanhos superiores a 1.000 cabeças de gado. Desnecessário dizer que estes mais ricos também eram os maiores escravistas e, juntamente com suas famílias, concentravam importante poder político e prestígio social em Pelotas.¹⁵

Mas ainda é necessário analisar quando estes charqueadores iniciaram a sua expansão sobre as propriedades da fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul. O Gráfico 1 representa as transações de compra e venda registradas nas escrituras públicas nos tabelionatos de Pelotas (entre 1832 e 1890) e as propriedades rurais avaliadas nos inventários *post-mortem* dos charqueadores

¹² ZABIELLA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradção e de Limites**. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2002, p. 23-25.

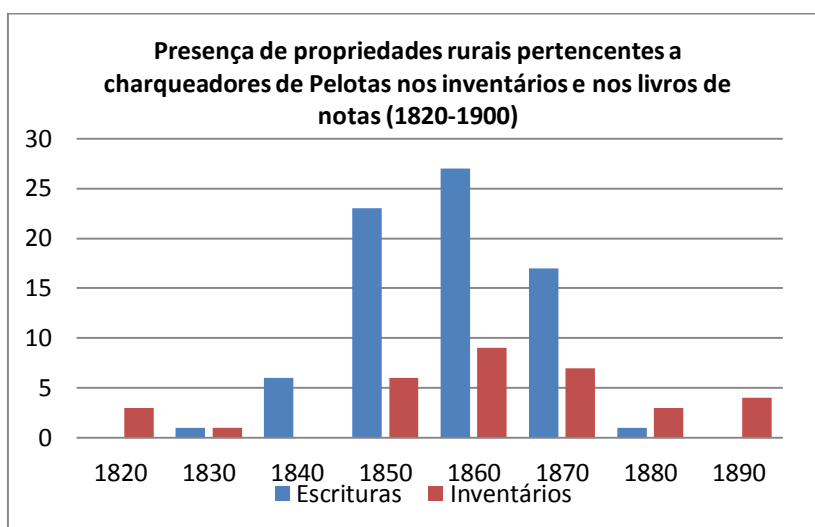
¹³ CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1983, p. 55.

¹⁴ SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. *Brasileiros na fronteira uruguiaia: economia e política no século XIX*. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

¹⁵ VARGAS, Jonas. Op. cit.

(entre 1820 e 1900).¹⁶ De acordo com o Gráfico, o auge dos investimentos na região mencionada ocorreu entre as décadas de 1850 e 1870. Somando as referências de propriedade no Uruguai e na campanha rio-grandense nos inventários *post-mortem* e nas escrituras públicas temos que cerca de 82,5% das mesmas concentram-se nestas três décadas. É provável que as estâncias inventariadas na década de 1850 tenham sido compradas anteriormente, como indica o crescimento das escrituras nos anos 1840.

Gráfico 1



Fonte: Livros de notas do 1º, 2º e 3º Tabelionato de Pelotas (1832-1890) e Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

Os investimentos em imóveis rurais tinham uma região-alvo certa. Cerca de 2/3 das 106 referências encontradas e indicadas no Gráfico 1 (31 em inventários e 75 em escrituras públicas) concentraram-se em 4 regiões da fronteira: em Tacuarembó (27), Cerro Largo (15), Bagé (14) e Jaguarão (14). No Uruguai, além dos Departamentos uruguaios de Tacuarembó e Cerro Largo, também encontrei referências em Salto (4), Paysandu (2), Montevideu (2), Durazno (1) e outras duas com a localização imprecisa. Portanto, exatamente 50% das referências em inventários *post-mortem* e escrituras públicas somadas tratavam-se de investimentos em propriedades rurais no Uruguai.¹⁷ Ou seja, estas regiões concentraram os interesses diretos dos charqueadores pelotenses que realizaram altos investimentos de capital nos mesmos.

¹⁶ Livros de notas do 1º, 2º e 3º Tabelionato de Pelotas (1832-1890) e Inventários *post-mortem* de Pelotas (APERS).

¹⁷ É provável que o número de escrituras seja ainda maior, pois foram analisados aqui somente os registros dos tabelionatos de notas de Pelotas. Uma pesquisa completa deveria tratar das escrituras públicas assinadas nos tabelionatos de Jaguarão, Bagé e dos demais Departamentos uruguaios, o que foi totalmente inviável neste trabalho.

Em 1863, por exemplo, o Coronel Tomás José de Campos, charqueador pelotense, comprou de José Rodrigues Candiota 13 e ½ sortes de campo em Cerro Largo pagando o valor de 54:000\$ de réis. A maior compra de uma estância no Uruguai foi feita por Antônio José de Oliveira Leitão, que foi sócio dos irmãos Barcellos em uma charqueada entre os anos 1850 e 1860. Em 1859, Leitão comprou um campo em Tacuarembó e pagou o valor de 135:000\$ de réis pela propriedade rural. Contudo, os maiores valores investidos em estâncias se deram em propriedades do lado brasileiro da fronteira. Em 1868, por exemplo, Possidônio Mâncio Cunha comprou a Estância Paraíso, localizada em Jaguarão, pagando 190:134\$160 a Jacintho Antônio Lopes. E em 1866, José Antônio Moreira, um dos charqueadores mais ricos de seu tempo, realizou a maior transação em terras aqui analisada comprando a Estância do Ponche Verde, em Bagé, pelo valor de 256:000\$ de réis.¹⁸

Devido aos bons pastos e a proximidade com Pelotas (se comparadas a outras regiões) as estâncias dos municípios e departamentos acima mencionados eram bastante cobiçadas. Além disso, cortando a fronteira, elas localizavam-se num dos principais caminhos das tropas que levava até as charqueadas de Pelotas. Em 1864, por exemplo, o Presidente da Província do Rio Grande do Sul registrou em seu relatório os seguintes dados oficiais de entrada e saída de gado por aquela fronteira:

Tabela 3 – Entrada e saída de gado pela fronteira sudoeste do Rio Grande do Sul (1864)

Fronteiras	Importadas	Exportadas
Chuí	9.282	1.513
Jaguarão	124.530	2.668
Bagé	32.338	1.386
Quaraí	8.233	32.898
Total	174.383	38.464

Fonte: Relatório Presidente da Província do Rio Grande do Sul, Espiridião Eloy de Barros, de 1864, p. 60.

Observa-se que Jaguarão, que fazia fronteira com Cerro Largo, foi a principal porta de entrada do gado uruguaio que seguia em direção às charqueadas de Pelotas. Portanto, em meados do oitocentos, a campanha oriental havia se tornado um imenso campo de engorda de gado para as charqueadas do Rio Grande do Sul e a criação extensiva das reses fazia com que os estancieiros rio-grandenses se expandissem cada vez mais para o interior do território uruguaio. A partir da década

¹⁸ Livros de notas do 1º, 2º e 3º Tabelionato de Pelotas (1832-1890) – APERS.

de 1840, e tendo o seu auge nos anos 1850 e 1860, os charqueadores seguiram esta mesma tendência de inversões de capital, mas somente os mais ricos conseguiram investir em tais propriedades rurais. Neste sentido, a economia charqueadora do Rio Grande do Sul, em meados do oitocentos, apresentava-se fortemente dependente dos rebanhos de gado uruguaios e qualquer fator que impedisse a continuidade desta atividade produtiva poderia provocar uma crise econômica e política considerável, como de fato ocorreu...

A guerra como um recurso econômico

A política expansionista levada a cabo pelo Brasil na fronteira sul sempre teve a resistência de grande parcela da população uruguaia. O resultado inevitável desta relação, herdada desde os tempos de D. João VI, traduziu-se em inúmeros conflitos entre proprietários rio-grandenses e uruguaios, além das autoridades militares e policiais de ambos os lados da fronteira. Tais contendas tiveram um grande impulso com a independência da República Oriental do Uruguai (em 1828), conquistada através de uma guerra contra o Brasil.¹⁹ As reclamações dos rio-grandenses traduziam-se nas queixas contra a desapropriação de suas terras e da captura do seu gado. Durante a guerra civil uruguaia (1838-1851), o confisco destes mesmos bens para servirem ao exército oriental acentuou-se em proporções maiores. Um dos grandes motivos destes sequestros de bens foi a tentativa de recuperação econômica, liderada pelo presidente uruguaio Manoel Oribe, líder do Partido Blanco.

Importante lembrar que o Uruguai havia abolido a escravidão em 12 de dezembro de 1842 e que, em 1846, uma outra lei ratificou a medida anti-escravista. Nesta época, os rio-grandenses que haviam migrado para Montevidéu durante a Guerra dos Farrapos e se estabelecido naquela cidade com seus saladeros ensaiaram o seu retorno para o Rio Grande do Sul, protegendo seu patrimônio e, principalmente, os seus escravos da nova lei. Chaves Filho e João Vinhas, por exemplo, foram atacados pela imprensa uruguaia, pois haviam tido alguns de seus escravos sorteados para serem vendidos ao Exército oriental, mas, antes que tal negócio se concretizasse, embarcaram os mesmos para Pelotas juntamente com todos os seus outros cativos. Atitude idêntica foi tomada pelo charqueador Cipriano Rodrigues Barcellos que, na noite

¹⁹ Existem muitas pesquisas sobre as relações entre o Brasil e a região do Prata na primeira metade do século. Ver, por exemplo, ALADREN, Gabriel. **Sem respeitar fé nem tratados: escravidão e Guerra na formação histórica da fronteira sul do Brasil (Rio Grande de São Pedro, c. 1777-1835)**. Tese de Doutorado. PPG-História UFF, 2012; DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; BANDEIRA, L. A. Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. Brasília: UnB, 1998; ZABIELLA, Eliane. Op. cit.; SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Op. cit.; MIRANDA, Márcia E. Op. cit.

anterior à assinatura do decreto abolicionista, embarcou seus 53 escravos para Pelotas, provocando a ira de alguns jornalistas orientais.²⁰

Em abril de 1848, com o objetivo de fortalecer economicamente os saladeros uruguaios, assim como a pecuária a eles associada, Manuel Oribe proibiu a passagem de tropas de gado para o Rio Grande do Sul e encarregou as milícias fronteiriças de enquadrar como contrabandistas os transgressores.²¹ A decisão política de Oribe provocou uma diminuição das exportações de charque no Rio Grande do Sul, trazendo grande prejuízo aos estancieiros e charqueadores pelotenses. A quantidade de charque exportado na safra de 1848 só foi recuperada cerca de 20 anos depois.²²

Em 1849, Oribe deu um novo golpe nas ambições dos charqueadores brasileiros, ordenando que os escravos que trabalhassem nos seus saladeros em São Servando (no lado uruguaio da fronteira) fossem retirados da região caso contrário seriam considerados libertos. A determinação provocou o retorno de “quatrocentos escravos” para Pelotas e Jaguarão.²³ Num documento desta época (talvez de 1850 ou 1851) foram listados 10 saladeros (pertencentes a brasileiros) localizados no lado uruguaio, próximas à fronteira, nas imediações de São Servando, Taquary, Arvedonda, Cebolatti e Olimar. Numa delas abatia-se anualmente de 12 a 15 mil reses. Seu número, portanto, era significativo e suficiente para desviar muitas tropas de gado dos saladeros de Montevideú.²⁴ Portanto, com esta medida Oribe buscava beneficiar os saladeros uruguaios, retirando praticamente à força os charqueadores brasileiros estabelecidos naquela região.

Portanto, as medidas políticas tomadas por Oribe representavam uma ameaça aos negócios de estancieiros e charqueadores brasileiros. Por conta da queda das exportações e dos contínuos prejuízos econômicos, os mesmos começaram a pressionar o Governo Imperial por medidas que garantissem a segurança das suas propriedades no Uruguai. Tais pedidos muitas vezes não eram atendidos, pois o governo central alegava que os conflitos diziam respeito às facções caudilhescas e, portanto, deviam ser resolvidos pelos mesmos na esfera do privado. A negligência dos dirigentes da Corte acabou induzindo a ações particulares onde vários estancieiros acompanhados de seus bandos de capangas armados agiam por conta própria na busca de recuperar

²⁰ MONQUELAT, A. F. **Senhores da carne: charqueadores, saladeristas y esclavistas**. Pelotas: Ed. Universitária/UFPel, 2010, p. 119-123; 151.

²¹ SOUZA, Susana B.; PRADO, Fabrício. Op. cit.

²² Para maiores detalhes ver VARGAS, Jonas M. Op. cit. Capítulo 7.

²³ Rio de Janeiro, 5 de maio de 1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros - B.1.027 (AHRS).

²⁴ Relação dos charqueadores existentes no Rio Grande do Sul, s/d. (Coleção de manuscritos. BN do Rio de Janeiro).

as reses, os escravos e as terras confiscadas. Tais ações armadas ficaram conhecidas como *califórnicas* ou *moringadas*²⁵, devido ao seu principal líder ser o estancieiro rio-grandense Francisco José de Abreu, o Barão de Jacuí, também conhecido como *Moringue*. As califórnicas aterrorizaram o lado uruguaio da fronteira entre os anos de 1849 e 1851, transformando Jacuí no grande inimigo dos estancieiros orientais. Numa de suas investidas, o Barão trouxe para o Rio Grande do Sul algumas tropas que gado que somavam 6.000 reses.²⁶

As autoridades uruguaias não demoraram a responder aos ataques do Barão e os conflitos na fronteira tornaram-se cada vez mais violentos. Alguns deles atingiram importantes famílias da elite política rio-grandense, como os Silveira Martins, os Ferreira Bicca e os Araújo Ribeiro, entre outros.²⁷ Diante desses acontecimentos, o aumento das pressões políticas e a ameaça de uma guerra privada de bandos armados rio-grandenses contra os caudilhos orientais agravou ainda mais as divergências entre os governos do Brasil e do Uruguai. A mobilização de deputados e senadores rio-grandenses revigorou-se e os mesmos passaram a requisitar não apenas uma maior proteção por parte do Império, seja militarmente, seja por meio de acordos diplomáticos com os orientais, como também uma guerra, como último recurso.

Em 1851, deputados rio-grandenses como Pedro Rodrigues Chaves e Joaquim J. Afonso Alves, exerciam forte pressão para que uma guerra fosse realizada na fronteira.²⁸ O Desembargador Chaves foi acusado de estar contrabandeando armas para a fronteira, onde as mesmas seriam negociadas com autoridades interessadas em intervir no governo uruguaio.²⁹ Afonso Alves, por sua vez, era o principal advogado de Pelotas. Além de ser aparentado com charqueadores, comerciantes e estancieiros, era importante membro da elite local, tendo sido Vereador, Juiz Municipal, Diretor do Asilo de órfãos e da Loja maçônica União e Concórdia. Reconhecido como um dos grandes representantes de Pelotas na Assembleia Legislativa e na Câmara dos deputados, no Rio de Janeiro, Alves era continuamente aclamado pelo Jornal *O Brado*

²⁵ PALERMO, Eduardo. *Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil*. In: **Memorias del Simposio La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias**. Montevideo, 2003, p.91-114. ; SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício, Op. Cit.

²⁶ Rio de Janeiro, 3 de setembro e 3 de outubro de 1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-027). AHRS.

²⁷ Rio de Janeiro, 7 de julho, 21 de julho, 14 de agosto de 1850. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-027). AHRS.

²⁸ BANDEIRA. L. A. Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. Brasília: UnB, 1998, p. 69.

²⁹ Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1849. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-027). AHRS.

do Sul, de propriedade do charqueador Domingos José de Almeida, pelo seu interesse na defesa dos negócios da região.³⁰

A insistência parlamentar e diplomática surtiu efeito. Desejando acabar com os conflitos na fronteira e deter o ímpeto expansionista do argentino Juan Manuel de Rosas, aliado dos blancos e com interesses sobre o território paraguaio, o Governo Imperial decidiu intervir militarmente na região. O fortalecimento de Rosas era visto pelo Brasil como uma ameaça à independência do Paraguai e do Uruguai e a existência de ambos os estados era uma garantia de que os rios platinos não seriam nacionalizados por Buenos Aires, ameaçando a livre navegação. De acordo com Francisco Dorattioto, era comum o Brasil acabar apoiando aquelas facções mais propensas a adotar uma política que defendesse a livre navegação dos rios e o comércio exterior. Daí provinha a aliança brasileira com os colorados no Uruguai, adversários de Oribe, e com o entrerriano Justo José de Urquiza, caudilho argentino que oferecia sérios entraves ao projeto Rosista. No início da década de 1850, os interesses do Império acabaram convergindo com o dos estancieiros rio-grandenses, pois ambos queriam destituir os blancos do poder. Com a vitória brasileira na Guerra contra Rosas e Oribe (1851-1852) e as garantias dos novos tratados impostos pelo Império, os rio-grandenses voltaram a explorar a região uruguaia, levando consigo escravos que, devido a abolição definitiva da escravidão no Uruguai (1846), entravam como peões contratos.³¹ Os tratados apresentavam várias cláusulas, sendo que a proibição do confisco de terras, a tarifa de 25% sobre o charque uruguaio (*tasajo*) importado pelos portos brasileiros e a livre passagem do gado uruguaio para o território rio-grandense foram as mais comemoradas pelos estancieiros rio-grandenses e charqueadores pelotenses.³²

Com este favorecimento político à indústria charqueadora rio-grandense, a retomada da economia pelotense foi notável, principalmente por causa do prejuízo causado aos concorrentes orientais. Dos 37 saladeros que existiam no Uruguai em 1842, somente 3 ou 4 continuaram funcionando normalmente no início dos anos 1850. Além disso, a falta de bovinos, decorrente da longa guerra, era um dos principais fatores da crise uruguaia. As mais de 6 milhões de cabeças de gado existentes no país em 1843 caíram para pouco menos de 1.900.000, dos quais 1/3 permanecia

³⁰ O Brado do Sul (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro). Ver, por exemplo, as edições dos dias 20 e 31 de dezembro de 1859.

³¹ DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002; PALERMO, Eduardo. *Secuestros y tráfico de esclavos en la frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850*. **Revista Tema Livre**, n. 13, 2007; BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N. **Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya, 1835-1855**. Montevideo, Ed. Pulmón, 2004.

³² ZABIELLA, Eliane. Op. cit.

em estado selvagem.³³ Depois dos tratados, as vendas de charque uruguaio despencaram de 618.926 arrobas para 126.062 arrobas, em 1854-55.³⁴ Ou seja, neste curto período, as charqueadas pelotenses enfrentaram uma baixa concorrência. A escassez do charque no mercado brasileiro fez os preços do produto aumentarem bastante, favorecendo os pelotenses.³⁵

No entanto, nem a vitória na Guerra e nem a assinatura dos Tratados de 1851 foram suficientes para dar fim aos conflitos na fronteira. Com o fim do confronto militar, juntamente com o confisco de gado, a violência armada e o bandoleirismo que dominava ambas as campanhas, outros problemas passaram a receber destaque nas centenas de correspondências trocadas entre as autoridades administrativas e diplomáticas de ambos os países: o recrutamento forçado em ambos os lados da fronteira, a fuga de cativos para o lado oriental e o sequestro de negros livres para serem escravizados no Brasil, entre outros, cada vez mais recheavam as páginas dos jornais, relatórios oficiais e cartas trocadas entre as autoridades.³⁶ Portanto, a conjuntura de crescimento das exportações rio-grandenses não representou um período de paz na fronteira.

Em fevereiro de 1854, por exemplo, o charqueador Manoel Francisco Moreira entregou 500 onças de ouro a um agente comissionado pra que lhe comprasse gado no Uruguai. Tendo feito a compra de 260 novilhos, o mencionado empregado foi atacado quando retornava para o Rio Grande do Sul, sendo “preso e conservado em estacas” pelo General Frutuoso Rivera. O charqueador reclamou um prejuízo de 15:000\$ de réis nos seus negócios.³⁷ Outros casos de ataques a comerciantes de gados foram denunciados na mesma época. Mas em abril de 1856, o charqueador pelotense Honório Luís da Silva sofreu um outro tipo de abordagem por estar realizando comércio na fronteira (considerado contrabando pelas autoridades uruguaias). Além de sua lancha, ele também teve as suas mercadorias e seus “domésticos” apreendidos. Os domésticos

³³ BANDEIRA, L. Muniz. Op. cit., p. 74-75.

³⁴ ZABIELLA, Eliane. Op. cit., p. 54.

³⁵ VARGAS, Jonas M. Op. cit. Ver capítulo 7 e 8.

³⁶ Nos últimos anos, muitas pesquisas vem se dedicando a investigar as relações escravistas na região da fronteira rio-grandense e uruguaia, assim como as fugas, a reescravidão e os contratos de peonagem. Ver, por exemplo, BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N. Op. cit.; PALERMO, Eduardo. Op. cit.; GRINBERG, Keila. *Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século XIX*. In: **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, 2009, p. 1-9; LIMA, Rafael Peter de. **“A nefanda pirataria de carne humana”: escravidões ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)**. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2010; CARATTI, Jonattas. **O solo da liberdade: as trajetórias de preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)**. São Leopoldo: UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2010; MATHEUS, Marcelo S. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Ed. Unisinos/ Oikos, 2012.; ARAÚJO, Thiago L. de. *A escravidão entre a guerra e a abolição: o impacto das fugas e os pedidos de extradição de escravos nas fronteiras platinas (década de 1840)*. **Anais do VI Encontro de Escravidão e Liberdade no Brasil meridional**, 2013.

³⁷ Rio de Janeiro, 20 de fevereiro de 1854. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1-028). AHRS.

provavelmente eram seus escravos e estavam acompanhados dos remeiros do mesmo charqueador.³⁸

Se as perseguições e violências continuavam afetando as propriedades de rio-grandenses na fronteira, em 1857, o governo uruguaio conseguiu desfechar um grande golpe na concorrência pelotense. Defendendo a recuperação de sua indústria, o Uruguai exerceu forte pressão diplomática para que alguns pontos do Tratado fossem reformados. Em setembro de 1857, um tratado de modificação liberava de impostos o charque e demais produtos platinos entrados no Brasil por via marítima.³⁹ Com esta medida, as exportações do charque rio-grandense despencaram na safra de 1858. E se não bastasse, naqueles mesmos anos, a província exportou mais gado para o Estado Oriental do que recebeu. A redução do número de tropas vindas do Uruguai, do charque exportado e do seu preço no mercado eram os termômetros da economia pelotense e ela vinha mal em todos estes aspectos.

Uma das explicações para tal fenômeno econômico foi a retomada das exportações uruguaias e argentinas, cujo *tasajo* invadiu o mercado consumidor carioca de forma avassaladora (aumentando a oferta em demasia), forçando os rio-grandenses a destinarem suas vendas para o nordeste do Brasil, na busca de melhores preços. A grande quantidade de charque produzido no período provocou uma crise de super-produção no setor. O revigoramento econômico uruguaio teve outro importante impulso em 1861, quando Bernardo Berro, chefe político blanco, declarou o fim do prazo legal do Tratado de comércio que permitia o trânsito de gado uruguaio para o Rio Grande do Sul e instituiu a lei que proibia contratos com peões negros por mais de 6 anos. A grande quantidade de charque produzido no período (rio-grandense, uruguaio e argentino) provocou uma crise de super-produção no setor.⁴⁰ Discussões, projetos e propostas de ampliação dos mercados consumidores estiveram na agenda política e econômica de charqueadores e estancieiros, tanto orientais quanto pelotenses, entre os anos de 1861 e 1863. Ambos os grupos ambicionavam exportar suas carnes salgadas para a Europa, mas não obtiveram grande sucesso na empreitada, o que só foi conseguido, pelos investidores platinos, na “Era dos frigoríficos”.⁴¹

³⁸ Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1854. Avisos do Ministério de Estrangeiros (B.1 – 028). AHRs.

³⁹ ZABIELLA, Eliane. Op. cit., p. 60-61.

⁴⁰ Jornal *O Constitucional*, 07.09.1862 (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro); BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967, p. 118-130.

⁴¹ BELL, Stephen. *Innovación, desarrollo y medio local. Dimensiones sociales y espaciales de la innovación*. **Revista Scripta Nova**. Barcelona. N. 69 (84), 2000; PERREN, Richard. **Taste, Trade and Technology: the development of the International Meat Industry since 1840**. Aldershot: Ashgate, 2006.

Por tais motivos, os primeiros anos da década de 1860 trouxeram uma nova crise para as charqueadas pelotenses, seguida de uma grande quebra entre os charqueadores.⁴² Além disso, a onda de perseguições aos brasileiros residentes no norte do Uruguai acentuou-se ainda mais. Este clima de descontentamento condicionou um novo rearranjo das alianças políticas na fronteira. Como consequência das medidas de Bernardo Berro, o líder colorado Venâncio Flores reuniu o apoio dos estancieiros rio-grandenses prejudicados pelas novas medidas e tomou uso dos mesmos para defender os interesses de sua facção política no Uruguai. Tratava-se de uma aliança com interesses mútuos. Como a vitória brasileira na Guerra contra Oribe e Rosas trouxe benefícios imediatos aos proprietários de terra e charqueadores rio-grandenses, criou-se uma expectativa de que uma nova intervenção militar iria cessar com os conflitos na fronteira e revigorar a economia rio-grandense. A aliança entre Flores e os estancieiros rio-grandenses estendeu-se ao Governo Imperial e à República Argentina, sob a liderança de Bartolomé Mitre. Concomitantemente, Berro buscou criar um novo equilíbrio de forças no Prata, estabelecendo um eixo Montevideu-Assunção e uma possível associação com as províncias dissidentes da Argentina, principalmente Entre Rios e Corrientes. Era de conhecimento de todos que o entrerriano Urquiza mantinha estreitas relações com Solano Lopez. Apostando nestas possíveis alianças, Berro enviou um emissário para negociar o apoio do Paraguai no caso de um enfrentamento militar. Apesar do acordo não ter sido oficialmente firmado, o presidente paraguaio demonstrou-se interessado na aproximação com o partido Blanco e uma possível utilização de Montevideu como porto comercial.⁴³

Do lado rio-grandense, Antônio de Souza Netto, estancieiro que residia na Banda Oriental e antigo líder farroupilha, resolveu tomar uma atitude. Conforme César Guazzelli, decidido a acabar com as tropelias dos blancos de uma vez por todas, Netto foi até a Corte fazendo-se portavoz dos “direitos de 40 mil brasileiros” residentes na Banda Oriental. Em março de 1864, ele teve uma audiência com líderes políticos da Corte e colocou-os num verdadeiro impasse. O Império decidiu atender às reclamações do caudilho rio-grandense a arcar com uma nova guerra civil no sul do País.⁴⁴ Em abril de 1864, os diplomatas brasileiros exigiram que Atanásio Aguirre, o novo presidente Blanco, punisse as autoridades responsáveis por perseguir os rio-grandenses, caso contrário o Brasil seria obrigado a interferir militarmente. O Paraguai, defendendo a aliança feita

⁴² VARGAS, Jonas Moreira. Op. cit. Ver capítulo 9.

⁴³ VARGAS, Jonas Moreira. *O Rio Grande do sul e a Guerra do Paraguai*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152.

⁴⁴ GUAZZELLI, Cesar Augusto B. *A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata*. In: **Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351.

com os brancos, protestou contra a ameaça brasileira. Em setembro, as tropas imperiais cruzaram a fronteira e dois meses depois Lopez respondeu mandando aprisionar o vapor brasileiro Marquês de Olinda, vindo a invadir o Mato Grosso em dezembro. A Guerra do Paraguai (1864-1870) tornou-se o maior conflito bélico da história da América Latina. Durante a guerra, as charqueadas pelotenses atingiram o seu auge em termos de abates de gado e em exportação de charque, com destaque para o ano de 1868.⁴⁵

A deposição de Berro e a retomada do crescimento das exportações era de grande interesse dos charqueadores de Pelotas. As guerras nos países platinos sempre foram benéficas à indústria pelotense. Durante a Guerra da Cisplatina (1825-1828), por exemplo, os charqueadores pelotenses, juntamente com comerciantes e estancieiros rio-grandenses, emprestaram vultosas quantias ao Estado, com o fim de financiar a Guerra.⁴⁶ Em 1851, eles também apoiaram a intervenção militar em Montevideú. E, em 1864, seu posicionamento não foi diferente.⁴⁷ Os charqueadores e comerciantes do ramo também estavam associados direta e indiretamente ao plano de uma nova intervenção militar no Uruguai. Na Corte, Felipe Nery, deputado pelo Rio Grande do Sul, disparou diversos discursos incitando a invasão ao território uruguaio.⁴⁸ Charqueadores como Domingos José de Almeida e Manoel Lourenço do Nascimento mantinham íntima correspondência com David Canabarro, um dos principais líderes militares da fronteira.⁴⁹

O desencadear da Guerra propiciou o maior *boom* da história das charqueadas pelotenses. A safra de 1867/68 abateu quase 500 mil reses e atingiu o grande pico das exportações de charque. É bem verdade que esta safra também foi favorecida pela epidemia de cólera no rio da Prata e à Revolução Florista (1863-1865) no Uruguai (guerra civil na qual os colorados, apoiados pelos rio-grandenses, tiraram os brancos do poder), que devastou os campos do país vizinho, prejudicando a sua economia.⁵⁰ Alguns comerciantes e charqueadores emprestaram significativas quantias ao Império para financiar a campanha militar, libertaram alguns de seus escravos para servirem ao Exército e ajudaram a mobilizar soldados em Pelotas. São exemplos deste protagonismo, os proprietários João da Silva Tavares, Felisberto Inácio da Cunha, João Simões Lopes Filho e José Antônio Moreira. Todos eles receberam títulos de nobreza, como gratificação pelos seus serviços

⁴⁵ SILVA, Elmar Manique. *Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736-1890)*. In: DACANAL, José I.; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 55-92.

⁴⁶ MIRANDA, Márcia Eckert. Op. Cit., p. 301-304.

⁴⁷ Para maiores detalhes ver VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013.

⁴⁸ CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 159.

⁴⁹ VARGAS, Jonas M. Op. cit., 2013.

⁵⁰ BARRAN, José P.; NAHUM, Benjamin. Op. cit.

prestados à Coroa brasileira.⁵¹ Além disso, muitos charqueadores devem ter lucrado economicamente, pois as tropas militares também eram abastecidas com charque.⁵² Mas a campanha no Paraguai também ofereceu ganhos não apenas aos charqueadores como também a comerciantes, banqueiros e criadores de gado. O Barão de Mauá, que sempre lucrou com o imperialismo brasileiro no Uruguai, possuía uma agência bancária em meio ao acampamento aliado. Além disso, o seu parente José Cardoso de Salles arrematou vários contratos de abastecimento de víveres para o Exército.⁵³

A gratidão dos charqueadores pelotenses para com os generais era material e simbólica. Logo que o conflito acabou, o charqueador Moreira emprestou dinheiro para que o General Osório reabilitasse os negócios de sua estância e, pelo que se verifica em seu inventário, ele nunca deve ter pago ao mesmo.⁵⁴ Não surpreende que entre os móveis da casa do visconde da Graça estava um busto do Duque de Caxias, e que outro charqueador, o Sr. Joaquim Rodrigues da Silva, possuía um retrato à óleo do General Venâncio Flores como decoração em sua sala.⁵⁵

Considerações finais

Parece sintomático que o mencionado auge dos investimentos dos charqueadores tenha coincidido justamente com a alta das exportações do charque pelotense que caracterizou os anos 1850 e 1860. Pode-se considerar que ao mesmo tempo em que os investimentos nestes imóveis rurais na fronteira possibilitaram um acesso direto e mais qualificado ao mercado do gado, os crescentes ganhos com as vendas do charque e dos couros eram reinvestidos nestas terras, ainda mais que o tráfico de escravos havia sido abolido, em 1850. Portanto, o aumento das exportações de charque e couros, o acúmulo de capital decorrente destas transações e a expansão agrária em direção ao norte do Uruguai constituíam-se nas faces de um mesmo fenômeno socioeconômico que caracterizou o meado do século na região.

No entanto, um outro fator deve ser adicionado. Como os uruguaios jamais deixaram de resistir a esta onda expansionista, estes acontecimentos não tardaram em provocar conflitos de

⁵¹ CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937. Ver Barão de Butuí, Barão de Correntes, Visconde da Graça e Visconde de Serro Alegre.

⁵² FIGUEIRA, Divalde G. **Soldados e negociantes na Guerra do Paraguai**. São Paulo: Humanitas/USP, 2001.

⁵³ FIGUEIRA, Divalde. Op. cit.; VARGAS, Jonas Moreira. *O Rio Grande do sul e a Guerra do Paraguai*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152.

⁵⁴ VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010. Inventário do Barão de Butuí. Pelotas. Cartório de órfãos e provedoria, 1877, APERS.

⁵⁵ Inventário Visconde da Graça, n. 1.254, m. 69, 1893, 1º Cartório de órfãos e provedoria, Pelotas (APERS); Inventário do Visconde da Graça; Jornal do Comércio de Pelotas, 02.07.1881 (BPP).

ordem política e diplomática. Daí não ser coincidência que as mesmas décadas que marcaram a expansão agrária aqui analisada também foram cenário de duas importantes guerras envolvendo o Brasil com os países da bacia do Prata. Tendo em vista o que foi apresentado anteriormente acerca dos grandes investimentos de capital dos charqueadores nas propriedades daquela fronteira, não é difícil concluir que os charqueadores pelotenses tinham um interesse direto nos conflitos belicosos contra os seus concorrentes no mercado atlântico das carnes. Portanto, as guerras nos territórios argentino e uruguaio lhes beneficiavam e não é coincidência que a mencionada expansão ocorreu simultaneamente com a vigência dos Tratados de comércio e navegação assinados em 1851, franqueando a entrada de gado uruguaio no Rio Grande e taxando os charque uruguaio (*tasajo*) nos portos brasileiros.

Bibliografia

ARAÚJO, Thiago Leitão de. **Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (vila de Cruz Alta, província do Rio Grande do Sul, 1834-1884)**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2008.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: gênese e desenvolvimento urbano (1780-1835)**. Pelotas: Armazém literário, 1994.

BANDEIRA, L. A. Moniz. **O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança**. Brasília: UnB, 1998.

BARRAN, José Pedro; NAHUM, Benjamin. **Historia Rural del Uruguay moderno (1851-1885)**. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1967.

BELL, Stephen. *Innovación, desarrollo y medio local. Dimensiones sociales y espaciales de la innovación*. **Revista Scripta Nova**. Barcelona. N. 69 (84), 2000.

BORUCKI, A., CHAGAS, K., STALLA, N. **Esclavitud y trabajo: Un estudio sobre los afrodescendientes en la frontera uruguaya 1835-1855**. Montevideo, Ed. Pulmón, 2004.

CARATTI, Jonattas. **O solo da liberdade: as trajetórias de preta Faustina e do pardo Anacleto pela fronteira rio-grandense em tempos de processo abolicionista uruguaio (1842-1862)**. São Leopoldo: UNISINOS, Dissertação de Mestrado, 2010.

CARNEIRO, Newton Luis Garcia. **A identidade inacabada: o regionalismo políticos no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

CARVALHO, Mário Teixeira de. **Nobiliário Sul-riograndense**. Porto Alegre: Oficinas Gráficas da Livraria do Globo, 1937.

CORSETTI, Berenice. **Estudo da charqueada escravista gaúcha no século XIX**. Niterói: ICHF/UFF, Dissertação de Mestrado, 1983.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: nova história da Guerra do Paraguai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

FARINATTI, Luis Augusto. **Confins Meridionais: famílias de elite e sociedade agrária na fronteira sul do Brasil (1825-1865)**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, Tese de Doutorado. 2007.

FRAGOSO, João L. R. **Homens de Grossa Aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João L. R. *O império escravista e a República dos plantadores: Economia brasileira no século XIX, mais do que uma plantation escravista-exportadora*. In: LINHARES, Maria Yedda (Org). **História Geral do Brasil**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.

FRAGOSO, João; PITZER, Renato Rocha. *Barões, homens livres pobres e escravos - notas sobre uma fonte múltipla. Os Inventários Post-mortem*. In: **Revista Arrabaldes**, n. 2, 1988.

FREGA, Ana; ISLAS, Ariadna (Coord.). **Nuevas miradas en torno al artiguismo**. Montevideu: Dpto. de Publicaciones de la FHCE, 2001.

GRINBERG, Keila. *Escravidão e relações diplomáticas Brasil e Uruguai, século XIX*. In: **Anais do 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Curitiba, 2009, p. 1-9.

GUAZZELLI, Cesar Augusto B. *A Guerra do Paraguai e suas implicações na história e na sociedade da Bacia do Prata*. In: **Anais do I Encontro de História Brasil-Paraguai**. Salvador: Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, 2002, p.299-351.

LIMA, Rafael Peter de. **“A nefanda pirataria de carne humana”: escravizações ilegais e relações políticas na fronteira do Brasil meridional (1851-1868)**. Porto Alegre: PPG-História UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2010.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. **Episódios do Ciclo do Charque**. Porto Alegre: Edigal, 1987.
GARCIA, Graciela. **O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na Campanha Rio-grandense Oitocentista**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, 2005.

MATHEUS, Marcelo S. **Fronteiras da liberdade: escravidão, hierarquia social e alforria no extremo sul do Império do Brasil**. São Leopoldo: Ed. Unisinos/ Oikos, 2012.

MATTOSO, Kátia de Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MIRANDA, Márcia Eckert. **A Estalagem e o Império: crise do Antigo Regime, fiscalidade e fronteira na Província de São Pedro (1808-1831)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2009.

OSÓRIO, Helen. **Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da Estremadura Portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822**. Niterói: PPG em História da UFF, Tese de Doutorado, 1999.

OSÓRIO, Helen. *A revolução artiguista e o Rio Grande do Sul: alguns entrelaçamentos*. In: **Cadernos do CHDD**. Brasília, Ano 6, 2007, p. 3-32.

PALERMO, Eduardo. *Vecindad, frontera y esclavitud en el norte uruguayo y sur de Brasil*. In: **Memorias del Simposio La Ruta del Esclavo en el Río de la Plata: su historia y sus consecuencias**. Montevideu, 2003, p.91-114.

PALERMO, Eduardo. *Secuestros y tráfico de esclavos en la frontera uruguaya: estudio de casos posteriores a 1850*. **Revista Tema Livre**, n. 13, 2007.

PERREN, Richard. **Taste, Trade and Technology: the development of the International Meat Industry since 1840**. Aldershot: Ashgate, 2006.

SILVA, Elmar Manique. *Ligações Externas da Economia Gaúcha (1736-1890)*. In: DACANAL, José I.; GONZAGA, Sergius. **RS: Economia e Política**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1979, p. 55-92.

SOUZA, Susana B. e PRADO, Fabrício. *Brasileiros na fronteira uruguiaia: economia e política no século XIX*. In: GRIJÓ, Luiz A.; KUHN, Fábio; GUAZZELLI, César A. B.; NEUMANN, Eduardo. **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: EDUFRGS, 2004.

VARGAS, Jonas Moreira. **“Pelos margens do Atlântico”: um estudo sobre elites locais e regionais no Brasil a partir das famílias proprietárias de charqueadas em Pelotas, Rio Grande do Sul (século XIX)**. Tese de Doutorado em História. Rio de Janeiro: PPGHIS/UFRJ, 2013.

VARGAS, Jonas Moreira. **Entre a paróquia e a Corte: os mediadores e as estratégias familiares da elite política do Rio Grande do Sul**. Santa Maria: UFSM/Anpuh-RS, 2010.

VARGAS, Jonas Moreira. *O Rio Grande do sul e a Guerra do Paraguai*. In: GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo (Org.). **O continente em armas: uma história da guerra no sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p. 123-152.

ZABIELLA, Eliane. **A presença brasileira no Uruguai e os Tratados de 1851 de Comércio e Navegação, de Extradicação e de Limites**. Porto Alegre: PPG-História da UFRGS, Dissertação de Mestrado, 2002.

RECIBIDO EL 10 DE NOVIEMBRE DE 2013

APROBADO EL 30 DE NOVIEMBRE DE 2013